

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.397.946 - MS
(2018/0295283-8)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : ABDIAS PACHECO SANTOS
EMBARGANTE : ABNER JULIA SAVIETO
EMBARGANTE : ADELAR FERREIRA ALMEIDA
EMBARGANTE : AFONSO DUTRA DE OLIVEIRA
EMBARGANTE : ALOIZIO GOUVEIA
EMBARGANTE : ANDRE FELLIPE FERREIRA
EMBARGANTE : ANTONIO EDER DE STEFANO
EMBARGANTE : ARCENO ATHAS JÚNIOR
EMBARGANTE : ARLETE TERESINHA RIGO PORTOCARRERO
EMBARGANTE : CARLOS AUGUSTO PEDROSO DE BARROS
EMBARGANTE : CASSIA DELEVATTI
EMBARGANTE : CLEINOR LIO ZAMPIERI
EMBARGANTE : DALMO HENRIQUE FRANCO SILVA
EMBARGANTE : EDGARD DIAS ALVES
EMBARGANTE : EDIR PIRES MAIA
EMBARGANTE : EDMILSON CORREA DO COUTO
EMBARGANTE : ENEIDA MARIA DE ROSA SILVA DACAL
EMBARGANTE : ENIGLAUBER DE LIMA DINIZ
EMBARGANTE : ERCILIO DOS SANTOS LIMA
EMBARGANTE : ERNEST SCHILLINGS FILHO
EMBARGANTE : EUCRECIO PILLONETTO
EMBARGANTE : FABRICIO PORCARO DE ABREU
EMBARGANTE : FRANCISCO BEZERRA DE CARVALHO NETO
EMBARGANTE : FRANCO ZANANDREIS
EMBARGANTE : FREDERICO BITTENCOURT FERNANDES MAIA
EMBARGANTE : GELSON SANDOVAL JUNIOR
EMBARGANTE : GERSON BUENO ZAHDI FILHO
EMBARGANTE : GLAUCY DA CONCEICAO ORTIZ
EMBARGANTE : GONÇALO SABINO LIMA LÔBO
EMBARGANTE : ILDA FRANCISCA NEVES BOTTENE
EMBARGANTE : ISRAEL AGUSTINHO
EMBARGANTE : JAIME GONCALVES DE MORAIS
EMBARGANTE : JOAO ALBERTO RODRIGUES ALVES MONTEIRO
EMBARGANTE : JOAO FRANCISCO ANTUNES
EMBARGANTE : JULIO HIDEKI JODAI
EMBARGANTE : LEOCADIA RIBEIRO E SILVA DAL VESCO
EMBARGANTE : LINO PAULINO DE CASTRO
EMBARGANTE : LUIZ ANTONIO ALONSO
EMBARGANTE : LUIZ CARLOS ROSA VITORIA
EMBARGANTE : LUIZ FLAVIO VARGAS DO NASCIMENTO
EMBARGANTE : MARCELO FARIA DE CASTRO
EMBARGANTE : MARCIA MARIA ARAKAKI RABELO
EMBARGANTE : MARIA IZABEL KRUGER GIURIZATTO
EMBARGANTE : MARILZA GOMES DA SILVA

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

EMBARGANTE : MARIO YUKIO SEGAWA
EMBARGANTE : MARISE MARINELLI BONILHA
EMBARGANTE : MARLY DA SILVA ALMEIDA
EMBARGANTE : MAURO QUEIROZ BERNARDES
EMBARGANTE : NATAL HENRIQUE MONTEIRO JUNIOR
EMBARGANTE : NELSON DESCOVI STEFANELLO - ESPÓLIO
REPR. POR : GERCILEI DE OLIVEIRA STEFANELLO - INVENTARIANTE
EMBARGANTE : NELSON DA SILVA FREITAS
EMBARGANTE : NOIRCE LOPES DA SILVA
EMBARGANTE : ODILON ROSA DE MATOS
EMBARGANTE : OLIMPIO MASSAO KATAYAMA
EMBARGANTE : PEDRO GONCALVES FERREIRA NETO
EMBARGANTE : RODRIGO DE OLIVEIRA VARGAS
EMBARGANTE : ROGERIO DE GRANDI CASTRO FREITAS
EMBARGANTE : RONALDO LUIZ MORATO
EMBARGANTE : SYLVIO CARLOS FARIA HIDALGO
EMBARGANTE : SILVIO ERNESTO BERNARDO BESS
INTERES. : TELMA LIMA DE OLIVEIRA
EMBARGANTE : TONY CARLOS EVANGELISTA XANDU
EMBARGANTE : VAGNER MANZANARES
EMBARGANTE : VALDINEA MARTINEZ COELHO
EMBARGANTE : VANDA STABILLE CRUZ
EMBARGANTE : WALTER NELSON MENGATO
EMBARGANTE : GILBERTO AROMA FERNANDES
EMBARGANTE : GERSON CARNEIRO DA COSTA
ADVOGADOS : LUIZ HENRIQUE VOLPE CAMARGO - MS007684
DANIELA VOLPE GIL - MS011281
EMBARGADO : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR : ARLETHE MARIA DE SOUZA E OUTRO(S) - MS005071
INTERES. : RODRIGO FERNANDES KADRI
INTERES. : ALESSANDRO PIERETTI DE OLIVEIRA
INTERES. : CARLOS FERNANDO PIVA RAYMUNDO
INTERES. : CASSIO ROGERIO BOEIRA GIORDANO
INTERES. : FRANCISCO AUDÍSIO BEZERRA - ESPÓLIO
REPR. POR : ANÁLIA MASSILON BEZERRA - INVENTARIANTE
INTERES. : ISRAEL DE ARRUDA LOBO NETO
INTERES. : LIBANO JORGE CHEDID
INTERES. : RAQUEL PIORNEDO LOPES
INTERES. : SANDRO MAROSO BONES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : TÂNIA MARA DE HUNGRIA CRUZ CONTI
ADVOGADO : ADERBAL LUÍS LOPES DE ANDRADE - SP094798
INTERES. : JOAO NOLBERTO ORMAY
INTERES. : MARCOS DA COSTA BRUM
ADVOGADO : FERNANDO ANTONIO BOMTEMPO SOBRINHO - MG105478
INTERES. : CARLOS ALBERTO PALHARES
INTERES. : BENEIDES MARCOS DE MEDEIROS JUNIOR
INTERES. : FRANCIS CRISTINA ZAGHINI SANTOS

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

INTERES. : GERALDO RIBEIRO CUNHA FILHO
INTERES. : HELIO RIUZO KISHI
INTERES. : MARCELO HENRIQUE DE FARIA PALLA
INTERES. : MAURO RODRIGO ROSSETTI
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL
INTERES. : ADALBERTO ABEL FIORUCCI
INTERES. : ADALBERTO LOURENCO SCHEEREN
INTERES. : ADEMAR ETIRO MORI
INTERES. : FERNANDA FERNANDES GIL KADRI
INTERES. : ALFREDO KNORR
INTERES. : ALFREDO VERA ESCALANTE
INTERES. : ANA HELENA BERGAMIN MAROZZI FERNANDES
INTERES. : ANÁLIA MASSILON BEZERRA
INTERES. : ANGELA NUNES BONI
INTERES. : ANTONIO SILVIO LUIZ DE MOURA
INTERES. : CARLOS ALVES
INTERES. : CÍCERO ANTÔNIO DA SILVA
INTERES. : CLAUDIO ROBERTO DE OLIVEIRA
INTERES. : CRISTIANNE MARIA XIMENES NOGUEIRA PETRUCCI
INTERES. : DORIVAL DE ABREU
INTERES. : ELOIR AMARAL DA ROSA
INTERES. : EMANUEL BARBOSA DE FREITAS
INTERES. : ERIKO NISHIYAMA MARTI
INTERES. : FÉLIX REBOUÇAS DA SILVA CASTRO
INTERES. : GERALDO GELIO GABINIO LEITE
INTERES. : GIANCARLO DE SOUZA SILVEIRA
INTERES. : GERSON PROBA SOARES
INTERES. : GISELE TORRES DE DEUS
INTERES. : GLADYS MOREIRA ESPINDOLA
INTERES. : GIULIANO RODRIGO CASEIRO OLIVEIRA
INTERES. : HAMILTON PAZ MENDONCA
INTERES. : HONORATO SIQUEIRA CAMPOS
INTERES. : HORÁCIO LEMOS ALBERTINI - ESPÓLIO
REPR. POR : ROSIMEIRE VITIRITTI FERREIRA ALBERTINI -
INVENTARIANTE
INTERES. : INES BERNADETTE CASTRO DA COSTA E ALMEIDA
INTERES. : JAMES MACHADO TERRAZAS
INTERES. : JOÃO BATISTA CRISTALDO
INTERES. : JOAQUIM LOPES DE CARVALHO BARROS
INTERES. : JOSE AUGUSTO MENDES RACHEL
INTERES. : JOSE SEVERINO DUREY FILHO
INTERES. : LEONTINO FERREIRA DE LIMA
INTERES. : LILIAN OLIVEIRA BORGES ALCANTARA
INTERES. : LÍVIO BERTOLACCI JUNIOR
INTERES. : LUCELENY CORREA DE FREITAS
INTERES. : LUCIANO CHIOCHETTA
INTERES. : LUCIANO FABRIZIO BARIANI JOSÉ DE OLIVEIRA

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

INTERES. : LUIZ ALAN PORTELA MACHINSKY
INTERES. : MARCIO DE OLIVEIRA GOMES
INTERES. : MARCIO LUIZ PINTO DE ARRUDA
INTERES. : MARIA MAZARELLO GOMES RAMIREZ
INTERES. : MARINA ALVES RODRIGUES BACHA
INTERES. : MARIO SERGIO TOMAZ DA SILVA
INTERES. : MARISE GARCIA CESAR
INTERES. : MARY FATIMA KNORR
INTERES. : MIMIRO RAMOS DE MORAES
INTERES. : NADIA MARA SILVA MAGALHAES
INTERES. : OSVALDO PEREIRA DIAS - ESPÓLIO
REPR. POR : TATIANY SIMÕES DIAS - INVENTARIANTE
INTERES. : PAULO MITSUJI HANAOKA
INTERES. : QUEILA ARAUJO DE AVILA WERNER
INTERES. : RENATO PALERMO
INTERES. : ROBERTO SARAIVA BRANCO
INTERES. : ROBERTO SIQUEIRA BUENO
INTERES. : ROBERTO YUZO WASSANO
INTERES. : RUI CORDEIRO DA SILVA
INTERES. : SEBASTIAO DOS REIS
INTERES. : SILAS BRITTO LEAL
INTERES. : SOLANGE VAZ DE CAMPOS FREITAS
INTERES. : VALCI JOSE BRUSAMARELLO
INTERES. : VALDICKSON ROBERTO DA SILVA SALES
INTERES. : VALERIA CAMARGO DE CASTRO
INTERES. : VALMOR RIGO
INTERES. : VANILDO DANTAS MACHADO
INTERES. : VANDERLEI FOLINI
INTERES. : MARIA CLAUDIA LOUREIRO PINHEIRO LINO
INTERES. : VERA LUCIA AMARAL DE OLIVEIRA PEREIRA
ADVOGADOS : RENATA BARBOSA LACERDA - MS007402
MARCELLE PERES LOPES - MS011239

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 7/STJ. MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. INVIABILIDADE. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS JÁ FIXADOS NO LIMITE MÁXIMO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ART. 85, §§ 3º E 11, DO CPC/2015. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por GLAUCY DA CONCEIÇÃO ORTIZ, ABDIAS PACHECO SANTOS, ABNER JULIA SAVIETO, ADELAR FERREIRA ALMEIDA, AFONSO DUTRA DE OLIVEIRA, ALOIZIO GOUVEIA, ANDRÉ FELLIPE FERREIRA, ANTONIO EDER DE STÉFANO, ARCENO ATHAS JÚNIOR, ARLETE TERESINHA RIGO PORTOCARRERO, CARLOS AUGUSTO PEDROSO DE BARROS, CASSIA DELEVATTI, CLEINOR LIO ZAMPIERI, DALMO HENRIQUE FRANCO SILVA, EDGARD DIAS ALVES, EDIR PIRES MAIA, EDMILSON CORRÊA DO COUTO, ENEIDA MARIA DE ROSE SILVA DACAL, ENIGLAUBER DE LIMA DINIZ, ERCÍLIO DOS SANTOS LIMA, ERNEST SCHILLINGS FILHO, EUCRÉCIO PILLONETTO, FABRÍCIO PORCARO DE ABREU, FRANCISCO BEZERRA DE CARVALHO NETO, FRANCO ZANANDREIS, FREDERICO BITTENCOURT FERNANDES MAIA, GELSON SANDOVAL JÚNIOR, GERSON BUENO ZAHDI FILHO, GERSON CARNEIRO DA COSTA, GIANCARLO DE SOUZA SILVEIRA, GILBERTO AROMA FERNANDES, GONÇALO SABINO LIMA LOBO, ILDA FRANCISCA NEVES BOTTENE, ISRAEL AGUSTINHO, JAIME GONÇALVES DE MORAIS, JOÃO ALBERTO R. ALVES MONTEIRO, JOÃO FRANCISCO ANTUNES, JULIO HIDEKI JODAI, LEOCÁDIA RIBEIRO E SILVA DAL VESCO, LINO PAULINO DE CASTRO, LUIZ ANTÔNIO ALONSO, LUIZ CARLOS ROSA VITÓRIA, LUIZ FLÁVIO VARGAS DO NASCIMENTO, MARCELO FARIA DE CASTRO, MÁRCIA MARIA ARAKAKI RABELO, MARIA IZABEL KRÜGER GIURIZATTO, MARILZA GOMES DA SILVA, MARIO YUKIO SEGAWA, MARISE MARINELLI BONILHA, MARLY DA SILVA ALMEIDA, MAURO QUEIROZ BERNARDES, NATAL HENRIQUE MONTEIRO JÚNIOR, NELSON DA SILVA FREITAS, ESPÓLIO DE NELSON DESCOVI STEFANELLO, REPRESENTADO POR SUA INVENTARIANTE GERCILEI DE OLIVEIRA STEFANELLO, NOIRCE LOPES DA SILVA, ODILON ROSA DE MATOS, OLÍMPIO MASSAO ICATAYAMA, PEDRO GONÇALVES FERREIRA NETO, RODRIGO DE OLIVEIRA VARGAS, ROGÉRIO DE GRANDI CASTRO FREITAS, RONALDO LUIZ MORATO, SILVIO ERNESTO BERNARDO, SUZANA COMETKI ORTEGA, SYLVIO CARLOS FARIA HIDALGO, TELMA LIMA DE OLIVEIRA, TONY CARLOS EVANGELISTA XANDU, VAGNER MANZANARES, VALDINEA MARINEZ COELHO, VANDA STABILLE CRUZ, WALTER NELSON MENGATO, ADEMAR ETIRO MORI, DORIVAL DE ABREU, GISELE TORRES DE DEUS, GLADYS MOREIRA ESPÍNDOLA e JOSÉ AUGUSTO MENDES RACHEL, contra decisão de e-STJ fls. 2657/2667, por meio da qual conheci do agravo e neguei provimento ao recurso especial, que restou assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. OFENSA AO ART. 485, V, DO CPC/2015. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL DE LEI. AJUIZAMENTO DE RESCISÓRIA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. INOVAÇÃO DE FUNDAMENTOS NA VIA RESCISÓRIA. INVIABILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Os embargantes alegam, em síntese, que a decisão embargada padeceria de

omissão em relação à fixação dos honorários recursais, previstos no art. 85, § 11, do CPC/2015.

Sustentam ainda que haveria margem para a majoração dos honorários com base nos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 2679/2681):

2.7. Neste aspecto, importante destacar que há margem para majoração dos honorários advocatícios fixados para este caso, haja vista que o acórdão do TJ/MS tratou do tema da seguinte forma: “Condeno, conseqüentemente, o Estado de Mato Grosso do Sul ao pagamento dos honorários advocatícios em favor do advogado dos requeridos a ser rateado equitativamente entre os patronos destes, com exceção da Defensoria Pública Estadual, no importe de 8%, a teor do artigo 85, § 3º, III, da lei adjetiva”.

2.8. Ocorre que, na forma do § 5º do art. 85 do CPC, quando a condenação da Fazenda Pública tiver como base valor da causa superior ao valor previsto no inciso I do § 3º, a fixação do percentual de honorários deve observar a faixa inicial e, naquilo que a exceder, a faixa subsequente, e assim sucessivamente.

2.9. Por essa razão, como foi fixado 8% de honorários para todas as faixas (I, II e III do § 3º do art. 85 do CPC), é possível a majoração na faixa I do percentual fixado (8%) para 10 a 20% sobre o valor atualizado da causa até 200 salários; e na II para até 10% do valor da causa atualizado entre 200 e 2000 salários.

2.10. Confira-se as explicações dos professores Paulo Gustavo Medeiros de Carvalho e Rodrigo Pereira Martins Ribeiro, quanto aos critérios de fixação de honorários nos casos de condenação da Fazenda Pública:

“O § 5º do artigo 85 da Lei n.º 13.105/2015 estabelece que a fixação do percentual de honorários deve observar a faixa inicial e, naquilo que a exceder, a faixa subsequente, e assim sucessivamente.

O dispositivo sursum mencionado tem como escopo principal propiciar uma fixação de honorários proporcional, evitando-se assim que para uma condenação maior haja a fixação de honorários em valor menor, diante da modificação da faixa prevista no artigo.

O critério de fixação do percentual dos honorários de sucumbência devidos aos advogados deve obedecer um critério de progressividade semelhante ao que se verifica no direito tributário quanto do pagamento do imposto de renda, ou seja, à parcela correspondente até 200 (duzentos) salários mínimos deve ser fixado percentual entre 10% e 20% (dez e vinte por cento); à parcela que superar este valor e for inferior a 2.000 (dois mil) salários mínimos, deve ser fixado percentual entre 8% a 10% (oito e dez por cento); e, sucessivamente, para cada uma das faixas.

Assim, a melhor técnica do julgador para fixar o valor a ser pago a título de honorários de sucumbência é analisar de forma geral cada um dos critérios fixados no § 2º do artigo 85 do CPC/2015 (grau de zelo, lugar da prestação do serviço, natureza e importância da causa, trabalho e tempo exigido para o serviço) e, posteriormente, fixar o percentual para cada uma das faixas correspondentes, entre o mínimo e máximo previsto para cada inciso.” (Honorários Advocatícios /coordenadores, Fredie Didier Jr. [et al.]. – 2. Ed rev., atual e ampl. – Salvador: Juspodivm, 2016. Capítulo 28. DE CARVALHO, Paulo Gustavo Medeiros e

RIBEIRO, Rodrigo Pereira Martins. Honorários de sucumbência e o novo processo civil: Fazenda pública e o advogado público (Honorários advocatícios nas causas em que a Fazenda Pública for parte). pg.473.)

2.11. Os professores Alexandre Freire e Leonardo Albuquerque Marques também trataram do tema citando, em caso prático, como aplicar a tabela regressiva para fixação de honorários: “por exemplo, se o valor da condenação for de dois mil e quinhentos salários mínimos, deverão ser feitos três arbitramentos. Um para a faixa dos valores que compreende o inc. I, um segundo para a faixa que compreende o excedente ao inc. I até o teto do inc. II, e um terceiro para o que exceder o teto do inc. II” (FREIRE, Alexandre; MARQUES, Leonardo Albuquerque. Os honorários de sucumbência no projeto de novo CPC. In. MAZZEI, Rodrigo; POLASTRI, Marcello [coord.]. Honorários de advogado: aspectos materiais e processuais. Rio de Janeiro: Lume Juris, 2014, p. 33).

2.12. Desta feita, no presente caso, considerando que o valor atualizado da causa observando os critérios para a atualização de débitos da Fazenda Pública equivale a R\$ 3.401.452,79 – que, atualmente, equivale a 3.630 salários mínimos de R\$ 954,00 cada – e tendo sido decidido pela fixação de honorários de 8% para todas as faixas, é possível a fixação de honorários sucumbenciais recursais até chegar o teto de cada uma das faixas, condenando o réu a pagar ao advogados dos recorrentes 12% sobre a parte inicial do valor atualizado da causa até 200 salários-mínimos, que somados aos 8% já fixados anteriormente, chegará ao teto de 20%; 2% sobre a parte do valor atualizado da causa que mediar entre 200 e 2000 salários-mínimos, que somados aos 8% já fixados anteriormente atingirá 10%, deixando, por fim, de fixar honorários sucumbenciais sobre a parte do valor atualizado da causa que ultrapassa 2000 salários mínimos, porque na fase anterior estes já foram fixados no grau máximo previsto para esta faixa, qual seja 8%.

Requer, assim, o acolhimento dos embargos para que sejam fixados os honorários recursais "na forma do art. 85, § 11 c/c § 3º e 4º, III do CPC/2015 em 12% sobre a parte inicial do valor atualizado da causa até 200 salários-mínimos, que somados aos 8% já fixados anteriormente, chegará ao teto de 20%; 2% sobre a parte do valor atualizado da causa que mediar entre 200 e 2000 salários-mínimos, que somados aos 8% já fixados anteriormente atingirá 10%, deixando, por fim, de fixar honorários sucumbenciais sobre a parte do valor atualizado da causa que ultrapassa 2000 salários mínimos, porque na fase anterior estes já foram fixados no grau máximo previsto para esta faixa, qual seja 8%" (e-STJ fl. 2682).

Impugnação aos aclaratórios apresentada às e-STJ fls. 2688/2691.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Com efeito, a decisão embargada não se manifestou sobre os honorários de sucumbência recursal, razão pela qual conheço dos embargos para sanar o vício apontado.

Considerando o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015, c/c o Enunciado Administrativo n. 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais

recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), e levando em consideração o trabalho adicional realizado em grau recursal, seria possível, em tese, a majoração dos honorários advocatícios (a título de sucumbência recursal).

Contudo, no presente caso, o Tribunal de origem já fixou a verba honorária em 8% sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido, limite máximo estabelecido no art. 85, § 3º, III, do CPC/2015, conforme se nota do seguinte trecho do voto condutor do acórdão recorrido, proferido pelo em. Desembargador Dorival Renato Pavan (e-STJ fl. 2229):

Condeno, consectariamente, o Estado de Mato Grosso do Sul ao pagamento dos honorários advocatícios em favor do advogado dos requeridos a ser rateado equitativamente entre os patronos destes, com exceção da Defensoria Pública Estadual, no importe de 8%, a teor do artigo 85, § 3º, III, da lei adjetiva.

Segunda expressa determinação prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, é vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento.

Logo, tendo os honorários advocatícios sido fixados no limite máximo previsto no art. 85, § 3º, III, do CPC/2015, inviável a sua majoração por esta Corte Superior, mesmo a título de honorários recursais. Nesse sentido os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS RECURSAIS. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS QUE ARBITRARAM A VERBA HONORÁRIA EM 15% SOBRE O VALOR DA CAUSA. MAJORAÇÃO. OBEDIÊNCIA AOS LIMITES PREVISTOS NOS §§ 2º E 3º DO ART. 85 DO CPC/2015.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que, da majoração dos honorários sucumbenciais, promovida com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015, não poderá resultar extrapolação dos limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido artigo.

2. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1280995/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/02/2019, DJe 13/02/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZATÓRIA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE MÓVEIS PLANEJADOS. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. ATRASO NA ENTREGA DOS MÓVEIS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. HONORÁRIOS RECURSAIS. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS QUE ARBITRARAM A VERBA HONORÁRIA EM 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. OBEDIÊNCIA AOS LIMITES PREVISTOS NOS §§ 2º E 3º DO ART. 85 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE REFORMA, NA ESPÉCIE. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Na hipótese, o cumprimento tardio do contrato de compra e venda, com a demora na entrega de móveis planejados, não configura dano moral indenizável, porquanto não houve demonstração de que o fato tenha extrapolado o mero aborrecimento decorrente do inadimplemento

contratual, atingindo de forma significativa algum direito da personalidade do comprador (bem extrapatrimonial).

2. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que o simples inadimplemento contratual, em regra, não configura dano moral indenizável, devendo haver consequências fáticas capazes de ensejar o sofrimento psicológico. 3. "Da majoração dos honorários sucumbenciais promovida com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015 não poderá resultar extrapolação dos limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido artigo" (AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/08/2017, DJe de 19/10/2017).

4. Agravo interno parcialmente provido, para decotar da decisão agravada a majoração dos honorários sucumbenciais recursais e mantê-los conforme fixados na origem.

(AgInt no AREsp 1327979/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 16/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ART. 85, §11, DO CPC/2015. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA.

1. Devem ser rejeitados os embargos de declaração quando inexistir qualquer vício a ser sanado no acórdão embargado.

2. Acerca do regime de fixação e majoração de honorários de advogado no CPC/15, o STJ estabeleceu interpretação uniforme no seguinte sentido: a) Só caberá majoração dos honorários na hipótese de o recurso ser integralmente rejeitado/ desprovido ou não conhecido.

b) Não haverá honorários de sucumbência recursal quando nas outras instâncias não houve a fixação em desfavor do recorrente c) O trabalho adicional realizado pelo advogado do recorrido, em grau recursal, deve ser tido como critério de quantificação, e não como condição para a majoração dos honorários.

d) Não haverá majoração dos honorários no julgamento dos agravos interpostos contra decisão do Relator e nos embargos de declaração.

e) O cômputo total da fixação dos honorários devidos não pode ultrapassar os limites dos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/15.

f) O §11 do art. 85 do CPC/15 é regra de julgamento de recurso; logo, de natureza processual e aplicação imediata (art. 14 do CPC/15).

3. No particular, a embargante logrou êxito com a interposição do recurso especial, não subsistindo o propósito em ver a majoração dos honorários recursais.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 1746789/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/10/2018, DJe 03/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRESCRIÇÃO. REPARAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. ILÍCITO EXTRA CONTRATUAL. ACÓRDÃO EMBARGADO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. Os embargos de divergência não podem ser admitidos quando inexistente semelhança fático-processual entre os arestos confrontados.

2. No caso, a TERCEIRA TURMA apreciou controvérsia sobre a prescrição envolvendo violação extracontratual de direitos autorais.

O paradigma (REsp n. 1.211.949/MG), no entanto, enfrentou questão relativa ao prazo prescricional para execução de multa cominatória, por descumprimento de decisão judicial que proibia o réu de executar obra musical. Constata-se assim a diferença fático-processual entre os julgados confrontados.

3. A jurisprudência de ambas as turmas que compõem esta SEGUNDA SEÇÃO firmou-se no mesmo sentido do acórdão embargado, segundo o qual é de 3 (três) anos, quando se discute ilícito extracontratual, o prazo de prescrição relativo à pretensão decorrente de afronta a direito autoral. Precedentes.

4. As exigências relativas à demonstração da divergência jurisprudencial não foram modificadas pelo CPC/2015, nos termos do seu art. 1.043, § 4º.

5. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

6. Não haverá honorários recursais no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração apresentados pela parte que, na decisão que não conheceu integralmente de seu recurso ou negou-lhe provimento, teve imposta contra si a majoração prevista no § 11 do art. 85 do CPC/2015.

7. Com a interposição de embargos de divergência em recurso especial tem início novo grau recursal, sujeitando-se o embargante, ao questionar decisão publicada na vigência do CPC/2015, à majoração dos honorários sucumbenciais, na forma do § 11 do art. 85, quando indeferidos liminarmente pelo relator ou se o colegiado deles não conhecer ou negar-lhes provimento.

8. Quando devida a verba honorária recursal, mas, por omissão, o Relator deixar de aplicá-la em decisão monocrática, poderá o colegiado, ao não conhecer ou desprover o respectivo agravo interno, arbitrá-la ex officio, por se tratar de matéria de ordem pública, que independe de provocação da parte, não se verificando reformatio in pejus.

9. Da majoração dos honorários sucumbenciais promovida com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015 não poderá resultar extrapolação dos limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido artigo.

10. É dispensada a configuração do trabalho adicional do advogado para a majoração dos honorários na instância recursal, que será considerado, no entanto, para quantificação de tal verba.

11. Agravo interno a que se nega provimento. Honorários recursais arbitrados ex officio, sanada omissão na decisão ora agravada.

(AgInt nos EREsp 1539725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017)

Por fim, importante destacar que os embargantes não opuseram embargos de declaração perante o Tribunal de origem para questionar eventual equívoco na fixação dos honorários advocatícios, sem observância da regra de escalonamento prevista no art. 85, § 5º, do CPC/2015.

De igual forma, os embargantes não interpuseram recurso especial em face de referida matéria, estando a questão acobertada pela preclusão.

Assim, não cabe a este Tribunal Superior modificar a regra adotada pela Corte de origem para a fixação dos honorários sucumbenciais de tal forma a permitir a majoração da verba honorária à título de honorários recursais.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, apenas para integralizar o julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

